

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (CCSH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Angelita de Mello Rubin

**REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) E RAFAEL CABEDA: A
CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA ARTE E NOVOS OBJETOS DE ESTUDO**

Santa Maria, RS

2023

Angelita de Mello Rubin

**REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) E RAFAEL CABEDA: A
CONSTRUÇÃO DO “ESTADO DA ARTE” E NOVOS OBJETOS DE ESTUDO**

Trabalho de Conclusão de Graduação
apresentada ao Curso de História do Centro de
Ciências Sociais e Humanas, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em História

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS

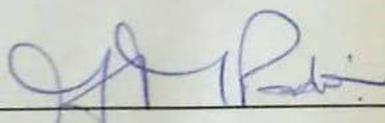
2023

Angelita de Mello Rubin

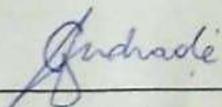
**REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) E RAFAEL CABEDA: A
CONSTRUÇÃO DO “ESTADO DA ARTE” E NOVOS OBJETOS DE ESTUDO**

Trabalho de Conclusão de Graduação
apresentada ao Curso de História do Centro de
Ciências Sociais e Humanas, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em História

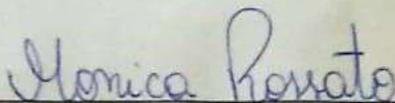
Aprovada em dia 1º de fevereiro de 2023



Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Gustavo Figueira Andrade, Dr. (Colégio Marista, Santa Maria)



Monica Rossato, Dra. (Rede Municipal de Nova Palma/RS)

Santa Maria, RS

2023

RESUMO

REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) E RAFAEL CABEDA: A CONSTRUÇÃO DO “ESTADO DA ARTE” E NOVOS OBJETOS DE ESTUDO

AUTOR: Angelita de Mello Rubin

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª Maria Medianeira Padoin

Partindo de uma reflexão sobre estudos de trajetórias e suas possibilidades, nos situamos em relação às renovações da história política para compreender como se deu o retorno das escritas biográficas à história, dentre estas, os estudos de trajetória. Assim, no primeiro capítulo, observamos como se deu a decaída da História política frente a uma “Nova História” que criticava e negava narrativas voltadas exclusivamente para o Estado e para grandes figuras políticas e militares. A partir do retorno da história política sob novos métodos e novos objetos, o uso de conceitos renovados, como o de poder ou política, pautaram novas formas de se fazer história política. Dentre estas, houve uma ressignificação da escrita sobre “grandes homens” nas últimas décadas, apontando a relevância e as possibilidades de compreensão histórica a partir destas figuras, não mais direcionadas por uma narrativa heroificada. Com o retorno da biografia como maneira legítima de se escrever história, se permite o uso dos estudos de trajetória, muito influenciados pela micro história italiana. Ao longo do segundo capítulo, analisamos sete trabalhos produzidos em âmbito acadêmico para refletir sobre as mudanças que atingiram o campo da história política e as abordagens de estudo de trajetória discutidas no primeiro capítulo. O objetivo foi identificar nessas produções que se dedicaram a trajetórias de personagens envolvidos na Revolução Federalista (1891-1896), o uso de conceitos e variedade de fontes que se apresentou com o panorama de renovação da história política como um todo. Nesse sentido, ainda indicamos como o estudo aprofundado desses trabalhos, associado com a revisão empregada neste trabalho de conclusão de graduação, permitiu a identificação de um novo objeto de estudo que necessita de investigação, a trajetória do coronel federalista Rafael Cabeda. É mister registrar que esta pesquisa é resultado da experiência como bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSM e PROBIC/FAPERGS/UFSM.

Palavras-chave: Revolução Federalista, história política, estudos de trajetória, estado da arte, Rafael Cabeda.

ASBTRACT

THE FEDERALIST REVOLUTION (1891-1896) AND RAFAEL CABEDA: THE ASSEMBLING OF REVIEWS AND NEW STUDY SUBJECTS

AUTHOR: Angelita de Mello Rubin

SUPERVISOR: Prof. Dr. Maria Medianeira Padoin

Based on thoughts about trajectory studies and their possibilities, we situate ourselves regarding the upgrades in political history in order to understand the process of biographies returning to the study of history, the trajectory studies being amongst them. Thereby, in the first chapter of this work, the decline of the Political History before the “New History” which criticized and denied the narratives directed exclusively towards the State and important military and political figures is observed. The usage of renewed concepts - such as the concept of power or politics - stem from the return of the studying of political history under new methods and subjects, which issued new ways of writing political history. Amongst these ways, there was a new understanding of the writings about “great men” over the last decades, highlighting the relevance and the new historical comprehension possibilities through these figures, no longer being guided by a heroic narrative. The return of biographies as a legitimate subject for history writing, allows the usage of trajectory studies which are heavily influenced by the Italian micro history. Through the second chapter of this work, seven academic works are analyzed to ponder over the changes that affected the political history area and the approaches of the previously discussed trajectory studies. The goal was to identify the usage of concepts in these productions dedicated to the trajectories of individuals involved in the Federalist Revolution (1891-1896). As well as to identify font varieties introduced by the political history renewal panorama as a whole. In this regard, it is also pointed how a deeper study of these papers, combined with the review in this seminar, allowed the tracing of a new study subject that needs to be further investigated, the trajectory of the federalist colonel, Rafael Cabeda. It is crucial to register that this research is the result of the scholarship holder’s experience in PIBIC/CNPq/UFSM and PROBIC/FAPERGS/UFSM Scientific Initiation.

Keywords: Federalist Revolution, politic history, trajectory studies, reviews, Rafael Cabeda.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 RENOVAÇÕES NO CAMPO DA HISTÓRIA POLÍTICA E USOS DA BIOGRAFIA	9
2.1 RENOVAÇÕES DA HISTÓRIA POLÍTICA.....	9
2.2 BIOGRAFIA E HISTÓRIA	18
3 RENOVAÇÕES DE CONCEITOS, ABORDAGENS E FONTES EM ESTUDOS DE TRAJETÓRIA: NOVAS POSSIBILIDADES DE ESTUDO.....	27
3.1 ABORDAGENS, CONCEITOS E APARATOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS EM ESTUDOS DE TRAJETÓRIA	28
3.2 AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO REVELADAS A PARTIR DO ESTADO DA ARTE: ESTUDOS DE TRAJETÓRIA E RAFAEL CABEDA	38
4 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Tão importante quanto a História e seus objetos, a história da história para René Remond (2003) “carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias” (p.13). Tendo como foco a importância da reflexão sobre essas mudanças, define-se o caminho a ser tomado ao longo deste trabalho. A partir de uma revisão (cujo objetivo é se situar nesse movimento de renovação), reflete-se sobre as mudanças que acometeram o campo da História Política nas últimas décadas, traduzidas nos estudos de trajetórias de personagens da Revolução Federalista ¹.

Os estudos e leituras sobre o contexto platino ao longo do século XIX, durante o período como bolsista PIBIC/CNPq (2020-2022) despertaram interesse sobre a temática da Revolução Federalista, as particularidades em relação à fronteira e as articulações políticas com países vizinhos. No decorrer das leituras sobre o assunto, chamou atenção a existência de diversos trabalhos dedicados a diferentes personagens. Além disso, a dissertação de Luciana Rossato (1999) contribuiu para refletir sobre a historiografia do tema, dividida em “momentos” pela autora.

Segundo Rossato (1999), a partir da década de 1960 os estudos sobre o período timidamente começam a aparecer com mais frequência, devido à criação de cursos de pós-graduação em História nas universidades do Rio Grande do Sul. Já na década de 90, o centenário do conflito impulsionou a reflexão e o uso de diferentes enfoques metodológicos. As produções oriundas desse “momento” da historiografia se inserem no movimento de renovação da história política, em que “Resgata-se, dentro do estudo do poder, a ação dos homens” (ROSSATO, 1999, p. 117).

Refletindo sobre essas renovações da História Política como um todo, é possível observar nas produções acadêmicas dos últimos 30 anos (desde o centenário da Revolução, conforme apontado por Luciana Rossato) um *boom* de pesquisas voltadas à análise micro de trajetórias de personagens. A partir da leitura e

¹ Utiliza-se como referência para o recorte temporal da Revolução, a tese de Gustavo Figueira Andrade (2021), quando propõe que esta teria iniciado em novembro de 1891, com a chamada “Revolução de Novembro” e encerrado com o fim das negociações pela pacificação em 1896.

estudo aprofundado dessas produções, possibilitou-se a identificação do uso de fontes variadas, aplicadas a diferentes enfoques.

Com isso, organizamos o primeiro capítulo com uma breve revisão bibliográfica de trabalhos que apontam para o caminho de renovação da história política. Selecionou-se trabalhos que apresentam um panorama geral dessa questão, jamais com a intenção de fazer uma revisão completa e aprofundada, mas sim para situar a discussão em relação ao objetivo deste trabalho de conclusão da Graduação. Além disso, a revisão também teve o objetivo de nos aproximar com aspectos teóricos, tanto em relação à história política como estudos de trajetória, em busca de embasamento para a pesquisa a ser desenvolvida no mestrado. Assim, discutiu-se o uso de conceitos sob uma nova ótica, a aproximação com outras disciplinas e as possibilidades do uso do conceito de cultura política. Em um segundo momento, conectamos essa discussão com um "ressurgimento" da biografia como alternativa da escrita da história. Aqui, apontamos o caminho percorrido pelo gênero dentro da História, indicando possibilidades narrativas e teóricas sobre, em que a trajetória se apresenta.

José D'Assunção Barros (2004) define que a Biografia pode ser entendida como domínio ou como abordagem dentro do campo da história. Quando entendida como abordagem, se aproxima da História Social ou da micro história como uma ferramenta de compreensão. A grande questão reside em sua apreensão enquanto domínio, pois aí pode se confundir com seu uso enquanto gênero literário ou historiográfico, tão antigos quanto a própria prática da história. Com base nos apontamentos de Barros (2004) e em uma definição do que é "biografia", quando fizermos referência a este termo ao longo do presente trabalho, estamos nos referindo a um gênero que ora pende para a Literatura, ora para a História. Nesse sentido, observamos e compreendemos essa tensão e fluidez da biografia em relação à história, para em um segundo momento observar dentro desse movimento os estudos de trajetória como abordagem micro histórica.

As biografias se apresentam para Philippe Levillain (2003) como um meio de "captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida" (p. 175). Para o autor, a biografia se apresenta como o meio mais adequado para percorrer o caminho entre indivíduo e sociedade, permitindo a observação de diferenças, rupturas e mudanças. Os estudos de trajetória, ocupando uma categoria própria dentro da

micro história, têm ido justamente no sentido de fazer conexões macro a partir de trajetórias individuais ou familiares, se destacando sobretudo devido às *relações*² que o indivíduo estabelece. A partir da revisão do primeiro capítulo, pretende-se identificar as contribuições desses estudos para a compreensão de contextos complexos como a Revolução Federalista, que é nosso foco principal. O estudo de diferentes personagens, sejam lideranças políticas ou não, desembocam em conclusões ricas sobre o funcionamento de dinâmicas sociais, políticas e econômicas como do período do final do século XIX.

No segundo capítulo, portanto, nos debruçamos sobre 7(sete) pesquisas, ou seja, teses e dissertações, que trabalham com estudos de trajetória. Procuramos analisar nestes estudos as questões acerca de como trabalham a história política e recuperando alguns aspectos teóricos sobre a biografia e estudos de trajetórias tratadas no primeiro capítulo, enfatizando as fontes utilizadas, conceitos e contribuições para a historiografia da Federalista como um todo. Por fim, apresentamos as contribuições desta revisão e levantamento para definir os caminhos da pesquisa que está sendo desenvolvida sobre a trajetória do coronel federalista Rafael Cabeda.

² Lilia Moritz Schwarcz (2013) defende que devido ao enfoque nas relações estabelecidas pelo indivíduo com grupos e demais campos sociais, a substituição do termo “biografia” por “trajetória” (de relações) é pertinente, já que há uma necessidade de situar o indivíduo dentro de um contexto mais amplo para compreender tais dinâmicas. Assim, vai-se além da biografia no sentido de simplesmente relatar a vida de um indivíduo.

2 RENOVAÇÕES NO CAMPO DA HISTÓRIA POLÍTICA E USOS DA BIOGRAFIA

Um breve exercício de pesquisa e leitura de trabalhos, sobretudo acadêmicos, das últimas décadas sobre a temática da Revolução Federalista (1891-1896), indica uma variedade de subtemas e objetos de pesquisa diferentes. Dentro dessa variedade, muitos trabalhos vão no sentido dos estudos de trajetória, se somando às abordagens que tem como cerne novos conceitos de poder. Esses estudos têm priorizado principalmente conceitos e perspectivas oriundas das renovações no campo da História Política, que por sua vez influíram de maneira significativa sobre o uso de fontes e metodologias.

A “ressureição da história política”, processo denominado por René Remond (2003) permitiu a ampliação das noções que permeiam o político, incorporando conceitos e abordagens de novas áreas, com a pluridisciplinaridade, e incluindo novos objetos de estudo. O estudo de trajetórias se insere nesse panorama de renovações, em que a micro história se coloca como uma, dentre tantas ferramentas de análise da trajetória de um indivíduo; permeando conclusões sobre grupos sociais mais amplos e suas relações em determinado momento histórico.

Coloca-se em evidência esse momento historiográfico para fazer um “estado da arte” e discutir brevemente as renovações em torno do campo da História Política, que por sua vez influiu sobre as discussões sobre biografias históricas. Divide-se assim dois tópicos do presente capítulo: selecionar e discutir, com base em referências sobre a História Política, as renovações no campo; num segundo tópico, tratamos especificamente sobre as biografias e estudos de trajetórias, atentando para a discussão em torno da relação biografia x história.

2.1 RENOVAÇÕES DA HISTÓRIA POLÍTICA

Desde a Antiguidade, a História é tida quase como um sinônimo da história política, numa intersecção que, pelo menos até o século XIX, priorizou uma perspectiva narrativa linear e fortemente fatural (BORGES, 1992). Rafael Sêga (2002) observa como essa estrutura predominou com algumas variações na produção do conhecimento na Idade Média e mesmo com as revoluções do humanismo e da

Renascença. A historiografia positivista no século XIX traduz o apogeu dessa perspectiva fatual que se lapidou nos séculos precedentes, cada vez mais inclinada a “escrita de uma narrativa encadeada sequencialmente” (SÊGA, 2002, p. 190).

Rafael Sêga (2002) e Vavy Pacheco Borges (1992) apontam que a historiografia herdeira dos *Annales*³ contribuíram para que a história política encontrasse terreno para renovações. Contrários a “história historizante” das narrativas fatuais, as críticas tecidas ao protagonismo do político como único fator responsável pelas transformações, foram essenciais para definir os caminhos da história política, sobretudo a partir da década de 1970. Além disso, Sêga (2002) ainda chama a atenção para o marxismo e o estruturalismo, que dentro de suas teorias, também desprezavam essa história historizante em detrimento dos fatores econômicos e sociais.

Nesse sentido, se destacam de modo geral dois grandes eixos responsáveis por mover as renovações da História política: as mudanças sociais, que teriam fomentado as reflexões sobre o político; e o próprio progresso da história como conhecimento, principalmente pensando na interdisciplinaridade (BORGES, 1992). De encontro a isso, Ciro Flamarion Cardoso (2012) também identifica essa mudança na relação da política com a sociedade ao longo do século XX, de modo que o poder do Estado se faz muito mais presente e muito mais determinante. Essa notória visibilidade leva ao desejo de estudar a esfera política e as relações que a permeiam, seja no mundo contemporâneo ou em sociedades em que essa dinâmica era menos intensa.

O fortalecimento dos cursos de pós-graduação em história nos últimos 20 anos propiciou também reflexões sobre a historiografia em si, observando as tendências e perspectivas da história do Brasil, sobretudo. O levantamento de trabalhos

³ Movimento que se iniciou na órbita de historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, se materializou na criação da revista *Annales de Histoire Économique et Sociale* em 1929. O movimento defendia o estudo histórico que considerasse mentalidade, geografia, oscilações econômicas e sociais, observando para além de acontecimentos, mas considerando toda a estrutura da sociedade. Insere-se um debate sobre as temporalidades para compreender o homem em sua totalidade, assim, a longa duração ganha força dentro desta perspectiva historiográfica (SÊGA, 2002). A primeira geração, ou fase, dos *Annales* se caracteriza por esse embate com a história tradicional; após a Segunda Guerra Mundial, o movimento se volta para a discussão de temporalidades e o conceito de “longa duração”, dominada por Fernand Braudel; e em sua terceira fase, após 1968, é vista como de fragmentação e descontinuidades em relação às gerações anteriores, devido as possibilidades de aberturas e incertezas em relação ao conhecimento produzido (BARROS, 2013)

mencionado por Borges (1996), indica, já nos anos 1990, influências teóricas mais recentes em que o político alargou suas fronteiras. Assim, a interdisciplinaridade é apontada pela autora, e também aparece nas considerações de Sêga (2002) como a principal responsável pelo alargamento da noção de político, através da influência de áreas como a psicologia social, ciência política, linguística, filosofia política e antropologia. Esse alargamento e oxigenação da produção não significou, porém, a superação absoluta dos objetos da história política tradicional, mas sim dos seus métodos (BORGES, 1996). Os estudos de trajetórias se apresentam como um dos exemplos dessa superação de métodos, as pesquisas dedicadas aos “grandes homens”, figuras políticas ou militares de destaque, fogem das narrativas tradicionais que heroizavam essas figuras; agora, o foco se voltou para aspectos sociais muito mais complexos do que o mero relato dos grandes feitos desses indivíduos.

Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012) partem da análise de duas grandes matrizes teóricas que deram (e dão) sustentação à história política: a liberal e a marxista. Partindo disso, as autoras observam os desdobramentos teóricos atuais que se desprendem dessas matrizes.

No que tange a renovação da história política, pode-se identificar duas grandes vertentes de pesquisa que se desprendem desses novos olhares: a renovação dos objetos tradicionais (organizações estatais, instituições e movimentos políticos) com novos métodos, voltando a atenção para os comportamentos e práticas coletivas em detrimento das elites e do Estado em si; e a segunda vertente prioriza novos enfoques e novos objetos, pautados principalmente pelos conceitos de imaginário, simbologia e cultura (MOTTA, 1996).

De encontro ao que traz Motta (1996) em relação às possibilidades que se apresentam a partir das renovações da história política, Barros (2015) enfatiza a redefinição dos objetos de pesquisa, mas utilizando de um novo conceito de poder, que pode emanar de todas as direções, não só do Estado. Para José D’Assunção Barros (2015) há uma indissociabilidade entre a Nova História Política e o conceito de poder, flexionado a partir de novos interesses e outras modalidades. Assim, a preocupação não se dá mais exclusivamente em torno dos grandes Estados e grandes homens, mas em torno de uma expansão e profunda modificação do conceito de poder em si. Sob essa nova perspectiva do conceito, o poder se apresenta como “aquilo que exercemos na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros

de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. ‘Poder’ é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos” (BARROS, 2015, p. 7).

Objetos tradicionais como as instituições, guerra, diplomacia ou trajetórias políticas encontraram novas metodologias e tratamentos a partir das renovações conceituais, como a de poder; ou de abordagens sob óticas micro de relações interpessoais. Os campos de interesse apontados por Barros (2015) evidenciam esse duplo movimento de renovações, seja em relação a objetos tradicionais, ou em relação a novos objetos: representações políticas, símbolos, mitos, teatro do poder ou discurso. Sobre esses campos de interesse, destaca-se ainda os intercâmbios e parcerias cada vez mais frequentes entre História Política e História Social, História Cultural, História Econômica e História do Imaginário; além da interdisciplinaridade (BARROS, 2015, p. 10-11).

Pensando sobre o conflito da Federalista, pesquisas produzidas nos últimos anos pretendem revisitar o período em busca de novas interpretações e perspectivas acerca do conflito. Além dos estudos de trajetórias de personagens que serão analisados no segundo capítulo, observa-se ainda trabalhos dedicados à imprensa, discursos políticos, redes de relações, disputas de diferentes projetos, e ainda trabalhos dedicados a pensar a Federalista em estados como Santa Catarina e Paraná ⁴.

Ainda em relação aos intercâmbios com campos da História e com outras disciplinas das ciências humanas, Barros (2015), a partir da leitura do texto-manifesto de René Remond, aponta para novas metodologias que se desprendem dessas mudanças e dão maior embasamento para a nova história política. Dentre estas, a Linguística, por exemplo, permite a utilização de ferramentas de análise de discursos para textos políticos, por exemplo ⁵; e a estatística associa-se a abordagens quantitativas para investigações acerca de universos eleitorais e partidos políticos.

⁴ Tais inferências são produto dos levantamentos feitos enquanto bolsista IC PIBIC/CNPq/UFSM e fazem referência às seguintes obras: Marcus Vinicius Costa (2006); Waleska Sheila Gaspar (2018); Eduardo Rouston Junior (2012); Eduardo Rouston Junior (2016); Emy Francielli Lunardi (2009); Rafael Augustus Sêga (2008).

⁵ A vasta produção e acesso cada vez mais facilitado de jornais e periódicos da última década do século XIX e por conseguinte, do período da Revolução Federalista, permitem diversos estudos em relação a discursos políticos, sobre o uso partidário dos jornais, etc. A Hemeroteca Digital Brasileira por exemplo, dá acesso a diversos jornais e periódicos da época.

O contato com outros campos é exemplificado por Barros (2015) pensado a História Política em relação ao Discurso, produzido e lapidado ao longo das últimas décadas do século XX justamente a partir dos novos caminhos do conceito de poder. Não de maneira exclusiva, esse modo de ver a história e o poder a partir dos discursos, propicia o enfoque em detalhes e nos pormenores das relações, como acontece com as abordagens micro históricas.

A superação dos métodos da história política tradicional, evidenciam o empréstimo de métodos com outras ciências humanas mencionado pelos autores supracitados, esses métodos dizem respeito a quantificação e análise de discurso, por exemplo. Por outro lado, Pierre Rosanvallon (1995) indica a utilização da história conceitual do político como alternativa metodológica:

Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação. (1995, p. 16)

Junto a isso, a noção de cultura política pode ser destacada também como central nesse processo de renovação que tratamos. Pelos historiadores, o conceito de cultura política começou a ser utilizado a partir da década de 1970, apropriado das ciências sociais e incorporado com o objetivo de fugir da limitação dos aspectos políticos, do fático e a curta duração (NÉSPOLI, 2015). O debate em torno da noção de cultura política é vasto e ainda progride.

Sobre o uso do conceito de cultura política, os trabalhos de Rodrigo Patto Sá Motta (1996, 2009) nos resumem as possibilidades e alerta para as problemáticas da noção. Seu trabalho mais atual, no entanto, traz algumas reflexões com base em historiadores franceses que no início dos anos 1990 utilizam o conceito de cultura política, principalmente Serge Berstein e Jean-François Sirinelli. Esses historiadores encontram terreno para as renovações da história política fora do domínio dos Annales, dentro de instituições como o Instituto de Estudos Políticos de Paris e a Fondation Nationale des Sciences Politiques, com grande influência de liderança de René Rémond.

Segundo Motta (2009), a apropriação da noção de cultura política das ciências sociais por parte dessa leva de historiadores franceses foi inspirada sobretudo pela antropologia. Como características fundamentais, a flexão do conceito por autores

como Berstein e Sirinelli passa pela rejeição ao generalismo e às implicações etnocêntricas do uso original pelas ciências sociais estadunidense. Motta (2009) indica os dois caminhos possíveis da aplicação do conceito: a cultura política nacional e única e as culturas políticas disputando um mesmo espaço. Segundo o autor, as duas maneiras são visões válidas e inclusive podem ser complementares em certos casos.

Sobre a definição do conceito, obviamente discutível devido a variação que é intrínseca, Motta (2009) aponta:

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (p. 10)

Partindo dessa definição, o autor aponta questões a serem refletidas e implicações do uso do conceito. A primeira dessas observações diz respeito a eficiência do estudo das culturas políticas se contrastadas com outras, através da comparação de características e peculiaridades. Motta (2009) prossegue com a questão de que as culturas políticas devem ser pensadas como passíveis de influências das outras. Além disso, restringir o estudo de uma cultura política ao tema das representações é igualmente problemático, visto que negligencia as ações e práticas como determinantes para aquela.

Ainda, é necessário pensar a existência de vetores sociais que reproduzem essas culturas políticas, como instituições educacionais, partidos, sindicatos e até a família. O próximo tópico destacado por Motta (2009) vai de encontro a esse, pois o conceito pode ser aplicado a diferentes espaços sociais, desde coletividades com projetos específicos até grupos e projetos nacionais ou regionais. Ao longo do segundo capítulo, observamos como alguns dos trabalhos dedicados à Federalista utilizam do conceito para pensar uma cultura política regional fronteiriça. Nesse sentido, conforme apontado por Motta (2009) o conceito se aplica a um grupo (dos federalistas) com um projeto político regional, manifestando uma cultura política regional.

Outro ponto importante é a intersecção entre cultura e política, pois os estudos de cultura política convergem com pesquisas em relação a representações políticas,

segundo o autor isso ocorre pois há uma “motivação de compreender os impactos gerados pelos encontros entre cultura e política” (MOTTA, 2009, p. 13). Um adendo ainda alerta para não se confundir cultura política com política cultural, sendo essa última “o conjunto de ações de determinado Estado ou agente político direcionadas à cultura” (MOTTA, 2009, p. 14).

A exploração e adesão aos estudos de cultura política ampliaram a compreensão do comportamento político, além de revelar outras dimensões do fenômeno, como a força dos sentimentos, as tradições e adesão a valores. Em relação ao uso do conceito, Motta (2009) indica a possibilidade de se voltar para algumas experiências políticas brasileiras que são singulares sob o olhar de uma cultura política; uma vez que uma visão pluralista não é de forma alguma incompatível com uma cultura política no singular. Nesse caso, pesquisas com recortes regionais especificamente, mesmo que não revelem a existência de culturas políticas regionais, ainda podem permitir compreender as representações políticas construídas pelas elites nesses estados, como por exemplo, no contexto da Federalista.

Sobre os riscos do uso da categoria cultura política, carece discussão sobre a aplicação do conceito a períodos da história muito anteriores ao mundo contemporâneo. Alguns trabalhos se debruçam sobre as representações políticas, sem necessariamente identificar uma cultura política para períodos como a Roma antiga. O segundo problema identificado pelo autor diz respeito a um reducionismo culturalista, que pode tanto priorizar o fator cultural em detrimento de outros fatores; quanto destacar as representações como um fenômeno fora da dinâmica social, evitando os laços que existem entre representação e realidade. Sobre a última implicação do reducionismo culturalista, Motta (2009) indica o caminho: evitar o relativismo e o cientificismo ingênuo, reconhecendo as relações entre realidade e representações. O último desafio que a cultura política coloca aos historiadores diz respeito a discussão sobre metodologias de pesquisa: apesar dos trabalhos recentes priorizarem o uso de fontes qualitativas, os dados quantitativos podem inferir bons resultados também.

Cardoso (2012) aponta que no Brasil, o caminho mais destacado seguido pelos historiadores da história política, foi a mudança do foco da política para o poder, negando a centralidade do poder estatal para propor novos objetos que seriam diferentes dos da ciência política. E, sobre o uso do conceito de cultura política, o

autor percebe a partir do artigo de 1999 de Serge Berstein, que a noção é defendida enquanto um “parâmetro complexo”. Com base no artigo de Berstein, explora-se as culturas políticas, no plural, pois dentro de uma mesma sociedade elas coexistem e se retro influenciam. Esta perspectiva, ainda que fuja de certa forma da rigidez inicial do conceito apropriado pela ciência política, é influenciado pela Nova História Cultural e ainda pode ser criticado e refletido.

Segundo Néspoli (2015), a obra de Gabriel Almond e Sidney Verba de 1963 colocou em evidência a noção de cultura política, apropriada mais tarde pelos historiadores, que se esforçaram por associar o conceito à teoria das temporalidades de Braudel. Sobre isso, explica a relação: “De acordo com a teoria da pluralidade dos tempos, o tempo longo é mais determinante, e em termo de história política, a cultura política representa a longa duração.” (NÉSPOLI, 2015, p. 367). A superação do fatal elitista e individualista da história política tradicional foi permitida, em parte, pelo conceito de cultura política, que associado a uma pluralidade de ritmos do tempo histórico, não está mais atrelado unicamente à curta duração e às instituições.

A cultura política aproximou-se com a Nova História e assumiu uma inserção na longa duração: um fenômeno duradouro e resistente às transformações econômicas, sociais e políticas (NÉSPOLI, 2015). A mudança de abordagem que caracteriza as renovações do campo diz respeito principalmente ao deslocamento do foco do Estado para as massas e ao estudo da participação na vida política, processo permitido principalmente pela abertura da concepção do político e busca pelas relações deste com a cultura.

Por outro lado, as críticas tecidas a abordagem cultural, quando utilizada de maneira absoluta, indicam que há o risco de um “estruturalismo culturalista fundado numa explicação unilateral e determinista da vida social” (NÉSPOLI, 2015, p. 371). Os efeitos dessas críticas, embora direcionadas à Nova História e ao conceito de mentalidades, atingiram também a cultura política, que através da longa duração provocaria uma rigidez no conceito e promoveria a explicação da política através da tradição. Nesse sentido, a interpretação seria produzida com base no conceito de cultura política para identificar essas tradições e apontá-las como responsáveis pelo funcionamento da sociedade, negligenciando de certa forma outros aspectos que influenciariam. A partir das críticas direcionadas a esse conceito, alguns historiadores

estão modificando os enfoques teóricos, principalmente ao se considerar a pluralidade dessas culturas políticas (NÉSPOLI, 2015).

Loiva Otero Félix (1998) parte da crise de paradigmas que atingiu a história, principalmente a partir de uma nova concepção de sujeito; para refletir sobre as novas abordagens que a renovação da história política permitiu. A autora identifica nessa nova concepção do papel do sujeito na história como um dos principais fatores de definição do novo caminho percorrido pela história política nos últimos 30 anos. As principais abordagens que se desprenderam dessa configuração historiográfica identificadas pela autora diz respeito a estudos do imaginário político, envolvendo representações e memória; as relações entre poderes e micro poderes; além das representações sociais.

A reflexão de Félix (1998) se insere dentro do panorama mencionado anteriormente sobre as renovações da história política e o crescente enriquecimento do debate em torno dessa retomada de protagonismo desse campo de estudos. Concluindo, a autora enfatiza que suas observações fazem parte desse contexto de “passagem” após a crise de paradigmas, momento fundamental para descoberta de conceitos, percepções e ferramentas que enriqueçam o campo e a história como um todo. Os trabalhos mais recentes mencionados acima, ainda que sua maioria se proponha a pensar os caminhos trilhados pelo campo da história política ao longo dos séculos; permitem observar como a inferência de Félix foi precisa.

Os novos conceitos e abordagens permitidos pela nova história política que tratamos com uma seleção de autores, estão sendo aos poucos flexionados e lapidados. A aproximação com outras disciplinas, outros campos como a História Cultural e Social, apropriação e aperfeiçoamento de conceitos de outras áreas proporcionaram uma diversidade de possibilidades, tanto em objetos, como em métodos e novos “olhares”. São diversos os indícios.

A onda de utilização do conceito de cultura política foi exemplificada acima, mas os enfoques da micro história e, particularmente as aproximações da história com a biografia permitiram um diálogo rico a partir da onda de renovações que atingiu a História como um todo. Nos interessa observar como se deu a “redescoberta” da biografia e estudos de trajetória, os problemas teóricos e metodológicos e a conexão

com a história política para que sirva de base para futuros estudos que pretendem aprofundar a temática da Revolução Federalista, por exemplo.

2.2 BIOGRAFIA E HISTÓRIA

O gênero biográfico nasceu junto com o gênero histórico na Grécia no século V, se difundindo com maior intensidade a partir do século VI; porém como um campo separado da história em si. Essa diferença se perpetuou pelo menos até a Idade Média, período de ascensão das hagiografias dos santos, cuja função condicionava uma narrativa linear e teleológica da vida do indivíduo. Ao longo dessas mudanças que acometeram o gênero biográfico, a exemplaridade pode ser destacada como uma pauta recorrente, marcando sobretudo a heroicização do indivíduo nas biografias mais modernas (SCHMIDT, 2012). Apenas no século XVIII o foco sobre o indivíduo muda as direções sobre a figura dos heróis, mas mantêm-se a tensão em torno da exemplaridade. Já no século XIX, a discussão se volta para o indivíduo na história, permitindo reflexões acerca do gênero biográfico em si; e, ainda que tenha sido incorporada como acessório apenas, o século XIX marca uma ascensão do individualismo e introspecção (SCHMIDT, 2012).

Com as pretensões da história em se tornar uma disciplina cada vez mais científica, a biografia ficou de fora dos meios praticados pelos historiadores, mas não totalmente esquecida. A partir da década de 1980 e 1990, principalmente, há uma redescoberta do gênero na história. Benito Bisso Schmidt (2012) observa os fatores que propiciaram essa “volta” da biografia como um meio de se escrever história. Um dos principais motivos apontados pelo autor diz respeito a falhas do regime de historicidade presentista, caracterizado por um retorno ao passado e recuperação de memórias e patrimônios. Além disso, pensando o campo da história especificamente, a crise do paradigma estruturalista, pautou esse retorno do interesse pelas pesquisas biográficas, uma vez que a identificação de estruturas não satisfazia o interesse pelo papel dos indivíduos.

A vertente historiográfica de maior destaque no que tange a estudos biográficos é a micro história, que a partir da redução da escala de análise pretende dar destaque a fatores anteriormente negligenciados. A micro história ganhou destaque com obras

de Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, por exemplo (SCHMIDT, 2012). As pesquisas que passaram a se dedicar a trajetórias individuais priorizaram, pelo menos em um primeiro momento, a perspectiva da história vista de baixo ou então dando novos tratamentos aos “grandes personagens”. Alexandre de Sá Avelar (2010) destaca que, com os *Annales* a biografia foi recuperada a partir de dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso. No primeiro caso, o indivíduo serve como ponte para compreender um plano mais amplo, não se destaca por detalhes e o singular; já no caso dos estudos de caso, apreende-se uma realidade macro para então analisar a trajetória individual que serviria de “exemplo” para essa realidade. Em ambos os casos, a trajetória individual se torna o exemplo, e não o problema, e em relação a narrativa, o autor sublinha: “A narrativa, nestes dois casos, obedece aos critérios de estabelecimento das constâncias e continuidades do mundo social” (AVELAR, 2010, p. 160).

No Brasil, as biografias encontraram terreno fértil na escrita da história promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), que visava a construção de uma memória nacional. Schmidt (2012) indica projetos de impulsão da escrita histórica biográfica de “ilustres brasileiros” pelo primeiro-secretário Januário da Cunha Barbosa. Em outras palavras, no Brasil do século XIX a escrita biográfica se inseriu no panorama de culto aos “grandes homens” do passado brasileiro, porém perdeu força na última década do XIX e primeiras do XX.

De maneira geral, a partir das décadas de 1940 e 1950, Schmidt destaca a preocupação dos historiadores em repensar as fronteiras da história com a literatura; mas só a partir da década de 1970 sobretudo, a biografia ascende como maneira legítima de pensar e escrever a história. Mesmo sem representar um movimento concreto e homogêneo, Schmidt aponta o principal objetivo desses esforços: “repensar interpretações consagradas sobre a história brasileira a partir dos percursos de determinados indivíduos em contextos específicos” (SCHMIDT, 2012, p. 202).

Aqui, conectamos essa reflexão de Schmidt (2012) para com o contexto da Federalista, as explicações do conflito apontam para a oposição entre republicanos e federalistas, em que a divergência política e ideológica ilustra o contexto. No entanto, novas pesquisas que se valem desses artifícios da nova história política, considerando poder a partir de uma nova perspectiva; revisitam a temática e procuram na trajetória de indivíduos indícios de explicações mais complexas. A tese de Monica Rossato

(2020), elencada para análise no segundo capítulo, exemplifica essa questão: quando pretende compreender o federalismo defendido por Gaspar Silveira Martins, atenta para divergências internas do Partido Federalista, que também incluía dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense. Esse olhar que destaca divergências e diferentes projetos (mesmo dentro do Partido Federalista) que chegaram a ser considerados por alguns grupos, traduz o que tratamos sobre história política e pesquisas voltadas a estudos de trajetória: o uso de novos objetos ou novos métodos para pensar política e poder.

Independente da corrente historiográfica, a escrita biográfica retornou como foco da história nas últimas décadas, e algumas considerações são levantadas por Schmidt (2012). Inicialmente, o autor destaca como é impreterível pautar a biografia histórica pelos procedimentos e narrativas próprios da disciplina, além de um problema formulado a partir de referências e fontes. Questionar as possibilidades e utilidades de biografar o sujeito, principalmente em relação ao que se pode acessar do passado através daquela trajetória são indispensáveis: “Deseja-se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico” (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Isabel Burdiel (2014) enumera brevemente os tópicos de discussão citados acima, em relação ao retorno da história política e da biografia, alertando, no entanto, que as críticas e discussões não devem cessar, apesar de já terem ocupado boa parte dos debates atuais. Assim, indica questões que sempre estiveram ocupando espaço nesses debates, dentre elas, o próprio uso do termo biografia. Como alternativa, cita o termo *life writing* que incluiria todas as formas de escrever sobre si ou o outro.

O interesse dos historiadores (não necessariamente políticos) pelo gênero biográfico está ligado ao interesse de lançar luz sobre a atuação dos indivíduos de mesclar múltiplas identidades e papéis dentro de um campo de possibilidades estratégicas. Assim, a expansão da noção de político é apontada por Burdiel (2014) como fundamental em três aspectos para propiciar o retorno da biografia interessada em processos políticos. São eles: a reconsideração do papel da política e da própria capacidade humana de atuar; a expansão do campo de extensão do político, indo além das ações governamentais e administrativas; e em terceiro lugar, se voltou para os mecanismos linguísticos como mecanismos de construção das identidades,

discursos e ações. Essas mudanças permitiram que os estudos biográficos renascessem com novos objetivos:

La cuestión, por tanto, no es sólo que la biografía resulte útil para reintroducir la política en la historia sociocultural, sino que lo hace (o debería hacerlo) en un contexto nuevo de pensamiento sobre las relaciones interindividuales que conforman un campo político, cómo se consolida, se transmuta o disuelve en un momento histórico concreto. (BURDIEL, 2014, p. 60-61).

É válido considerar ainda a tensão que existe e se manifesta: biografar um “grande homem” parece (e apenas parece) se justificar por si só; mas de outro lado, partir da trajetória individual de um sujeito menos notável para observar sua inserção e relevância em um contexto ou grupo social mais amplo exige destes a legitimação dessa representatividade. Para Burdiel (2014) o que importa quando se fala em estudar a trajetória de um indivíduo, não é a discussão sobre a representação ou relevância do sujeito, mas as possibilidades que esse estudo permite em relação àquela vida específica. Daí, se desprende a recuperação das pluralidades e da ação individual em períodos específicos. Nesse sentido, a autora crava que a principal questão envolvendo métodos utilizados diz respeito a própria concepção de sujeito utilizada no relato, tanto a concepção do biografado como do historiador. Burdiel (2014) enfatiza que as críticas às biografias cujo modelo heroizava o personagem são válidas, mas em um panorama contemporâneo, devem ser refletidas; e nesse caso, os tratamentos para esse problema do “grande homem” vão além da mera heroização. Questiona-se então, as próprias categorias de “grandeza” e “heroicidade”, sem abandonar definitivamente os relatos sobre esses grandes homens.

Assim, esses novos olhares sobre os grandes personagens políticos permitem observar a capacidade de mobilização política e comunicativa, por exemplo; ou a manipulação de história e memória. Ao longo do segundo capítulo observamos alguns estudos de trajetória que se dedicaram a homens políticos, mas se inserem na onda de renovações da história política e trazem novos olhares para a trajetória desses indivíduos. Independente das perguntas que movem um historiador interessado em uma trajetória de um grande personagem, a recuperação total daquela vida é praticamente impossível, sendo necessário se consolar com a possibilidade de compreender melhor a significação histórica desse indivíduo.

Sabina Loriga (2011), ao analisar a historiografia sobre o tema, identifica questões relevantes a se pensar sobre a relação indivíduo e sociedade. Assim, é necessário “considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade.” (LORIGA, 2011, p. 225); enfocando ao mesmo tempo o geral e o particular, de maneira a destacar a conexão entre estes. Sobre a relevância e representatividade do indivíduo biografado, Schmidt (2012) levanta a reflexão (ancorado pelas contribuições de Loriga), e aponta a biografia como forma de acessar multiplicidades escondidas em categorias aparentemente homogêneas, pensando em um excesso de coerência dos historiadores.

Daí, outra problemática se apresenta a partir da relação indivíduo x sociedade: a utilização do contexto como ferramenta, frequentemente engessa a realidade e deixa de considerar que ela quase sempre é heterogênea e dinâmica, o contexto não serve apenas como um “pano de fundo” estático que auxilia a compreender a trajetória do indivíduo. Na mesma linha, Giovanni Levi (2006) apresenta algumas abordagens possíveis para a biografia, dentre as quais o contexto aparece como uma ferramenta indispensável em casos em que há lacunas de documentação, preenchendo aspectos vagos da trajetória do indivíduo biografado. Mas Loriga (2011) alerta para essa instrumentalização:

Pois, se consideramos o contexto como uma série de círculos superpostos dos quais o centro de um se situaria na circunferência do outro e assim por diante, o trabalho de compreensão histórica se torna inesgotável, cada espaço e cada tempo remetendo a outro espaço e outro tempo. (LORIGA, 2011, p. 222)

Considerando o debate em torno do contexto e as possibilidades de explicar ou exemplificar um determinado período e suas estruturas a partir de uma trajetória individual, Burdiel (2014) defende a ideia de que um “grande homem” pode iluminar seu tempo, mas de uma maneira bem diferente. Dessa forma, alinha o pensamento ao que traz Schmidt e Loriga: o contexto não é capaz de explicar um indivíduo assim como o indivíduo não é capaz de explicar um contexto, justamente devido à complexidade da experiência humana.

É possível identificar que as multiplicidades de que tratam os autores citados até então, estão diretamente ligadas ao indivíduo e a concepção que se tem dele. Nesse sentido, a biografia pode ser empregada como ferramenta de compreensão de um grupo; mas quando enfocada no indivíduo acima de tudo, permite observar como

aquele internalizou regras e normas sociais e institucionais ao longo de sua *trajetória*. Quando Loriga (2012) aponta a perda de pluralidade da História nos últimos dois séculos devido à tentativa de “construir bases científicas estáveis e objetivas” (LORIGA, 2011, p. 12) e a predominância de relatos sem sujeito, está indicando justamente para a ausência dessa multiplicidade.

Pensando concretamente, a biografia ou estudo de trajetória de um indivíduo (independentemente do seu contexto histórico e social) abre possibilidades de complexificar o conhecimento histórico ao incluir a dimensão individual na História, que nos últimos tempos foi deixado de lado em detrimento das estruturas. Cabe destacar que essa não é uma crítica ao estruturalismo que predominou, mas uma reflexão sobre a própria noção de indivíduo e a inserção deste dentro dos movimentos da história e do seu estudo. Schmidt (2012) destaca como é indispensável pensar sobre a concepção de indivíduo. Lapidada na modernidade e ligada a uma noção de “ser unitário, coerente, plenamente racional e objetivo” (SCHMIDT, 2012, p. 197), sua biografia se torna passível de coerência e de uma construção narrativa orientada. Essa rigidez da narrativa é sublinhada por Pierre Bourdieu (2006) quando fala da “ilusão biográfica” e alerta para os perigos das interpretações provenientes desta concepção de indivíduo. Quando Schmidt (2012) destaca esse problema, cita algumas vertentes que chegaram a questionar essa noção dada sobre o indivíduo: o próprio marxismo, a psicanálise e a filosofia da linguagem são alguns exemplos.

Vagno Batista Ribeiro (2018), por sua vez, afirma que já a partir dos anos 1960 há uma preocupação com as narrativas, e, especificamente os estudos biográficos na década de 80 se esforçaram por romper com modelos do estruturalismo. O enfoque agora se dava a partir dos detalhes e singularidades do indivíduo, evitando as narrativas lineares e excessivamente cronológicas.

Já Loiva Otero Félix (1998), quando reflete sobre as novas abordagens da história política, indica que a crise de paradigmas modificou profundamente as concepções de sujeito na história. Aos poucos, novas concepções de mundo pressupõem “percepções de dimensões do homem que escapam à lógica formal que são também fundamentais – a emoção e a sensibilidade: alegrias, medos, angústias, incertezas, temores, euforias, que, ao transcenderem o individual constituem-se me forças mobilizadoras do social.” (FÉLIX, 1998, p. 52). Essa nova compreensão do

indivíduo, segundo a autora, permite que o historiador repense o próprio ofício, questionando a racionalidade como único eixo explicativo.

Mas como fugir dessa coerência orientada e da teleologia atribuída à trajetória do indivíduo? Sintetizando as contribuições de Giovanni Levi (2006), Sabina (2011) e Benito Bisso Schmidt (2012), aponta-se alguns caminhos possíveis. O fator principal para um estudo de trajetória (SCHWARCZ, 2013) é a compreensão dos acontecimentos *dentro* de um campo social e das relações estabelecidas pelo indivíduo. As aproximações e/ou inspirações para com a literatura são proveitosas na medida em que auxiliam a lidar com as complexidades da trajetória, que por si só está sujeita a incoerências e oscilações; aqui, destacar essas “incertezas” ao longo da trajetória são de fundamental importância para “expressar o ‘demasiadamente humano’ da existência, ou seja, a angústia de se querer uno quando se é múltiplo e de se deparar com inúmeros caminhos quando a vida só pode ser uma.” (SCHMIDT, 2012, p. 199).

Em relação à questão narrativa da biografia enquanto escrita da história, Avelar (2010) indica a inevitabilidade da dimensão ficcional, e um retorno da função narrativa do discurso histórico. A principal questão a ser considerada deve ser o fato de que não é possível estabelecer uma narração linear, já que um dos perigos para o historiador-biógrafo é formatar a trajetória como regular e coerente. Avelar (2010) indica justamente a aproximação com a literatura como alternativa para fugir do padrão de narrativa teleológica das biografias, assim como Loriga (2011) também o faz.

Uma das conclusões alcançadas por Loriga (2011) vai no sentido de alimentar essa “política de confrontação com a literatura”, de maneira paciente e prudente. A autora chama os procedimentos retóricos utilizados pelos historiadores de “ilusão referencial”, já que ajudam a produzir uma verdade histórica, mas nunca uma realidade, já que essa só existe devido a um discurso ou texto. Daí, surgem as comparações com a narração literária, história e ficção, admitindo e incorporando dois pontos essenciais: a verdade histórica produzida pelo historiador é ambígua e unívoca, é uma interpretação construída e submetida a uma verificação; de outro lado, por si só os relatos se utilizam de artefatos da ficção, como a analogia e metáfora, por exemplo. A política de confrontação com a literatura que defende Loriga (2011) é

necessária e importante pois permite “conferir mais profundidade variedade ao discurso histórico.” (LORIGA, p. 231).

Ribeiro (2018) identifica três formas de relatos biográficos que se destacaram ao longo da história, dividido em idades heroica, coletiva e hermenêutica. Em consonância com o que os trabalhos de Schmidt (2012) e Loriga (2011) nos indicam, é possível observar o movimento que se deu em torno da escrita biográfica, passando do culto aos heróis, às narrativas modais enfocando sobre a coletividade; e por fim a idade hermenêutica, mais recente e que se caracteriza por uma “mudança constante da escala, que permitem chegar a significados diferentes com respeito às figuras biografadas.” (LORIGA, p. 143).

Ribeiro (2018) chama a atenção para o fato de que a renovação dos estudos biográficos abriu novos caminhos e possibilidades para o pesquisador ou escritor, permitindo que este escolha a maneira mais adequada de escrever sobre o outro, mas, ao mesmo tempo compreender que esse exercício também é um reflexo de si mesmo.

Burdiel (2014) atribuí o interesse das biografias políticas sobre as atividades públicas e políticas ao pouco foco na esfera privada. Mas, a biografia que se localiza na intersecção da vida pública e privada não carrega mais verossimilhança com a realidade ou verdade dos fatos. Toda documentação é *retórica*, e a diferença entre as privadas e públicas diz respeito justamente ao tipo de retórica empregada. De toda forma, resta considerar segundo Burdiel (2014), que nem o próprio indivíduo é capaz de atribuir sentido a identidade, experiências ou significado da vida, que dirá o pesquisador. De maneira geral, a autora conclui que a grande questão é saber conciliar escalas: o privado e o público; cultural e político; individual e coletivo; local e global.

A aproximação da história sociocultural e a história política permitiu a emergência de novos sujeitos e visões, reconhecendo uma “individualidade singular”. O resgate da importância da dimensão individual para a história possibilitou os relatos biográficos que tratamos, sejam biografias históricas, estudos de trajetória mais voltados a contextos específicos ou amplos. A partir disso, as últimas décadas mostraram que essa forma de se fazer história, sobretudo em âmbito acadêmico, ganhou força e se consolida com bases teóricas e metodológicas cada vez mais

sólidas. O próximo capítulo pretende mapear e identificar pesquisas de estudos de trajetória que evidenciam a utilização de novos métodos e da ampliação de fontes. A partir das discussões deste primeiro capítulo, nos aproximamos com diferentes possibilidades teóricas, seja pensando na história política ou nos estudos biográficos (incluindo estudos de trajetória). Para o segundo capítulo, unimos as possibilidades e observamos como se dá a pesquisa sobre trajetórias de personagens políticos, apontando para o enriquecimento do conhecimento que essas alternativas proporcionam, neste caso, para o recorte da Revolução Federalista.

3 RENOVAÇÕES DE CONCEITOS, ABORDAGENS E FONTES EM ESTUDOS DE TRAJETÓRIA: NOVAS POSSIBILIDADES DE ESTUDO

As renovações da história política permitiram o retorno das discussões sobre as biografias históricas ou estudos de trajetórias. Conforme o primeiro capítulo deste trabalho, é possível observar essas modificações e os debates em torno do assunto. Utilizando do levantamento bibliográfico sobre essa questão, pretende-se identificar nesses estudos de trajetória como se apresentam os novos métodos e objetos que se desprenderam dessas renovações.

O levantamento e estudo dos trabalhos analisados foi desenvolvido durante os anos de 2020, 2021 e 2022 como bolsista PIBIC/CNPq/UFSM. Inicialmente, as atividades como bolsista se voltaram para um levantamento mais amplo sobre pesquisas em relação a História Platina, porém, o considerável número de pesquisas sobre trajetórias do período da Revolução Federalista, ou de personagens envolvidos neste conflito chamou atenção. Dessa forma, associou-se os estudos desses trabalhos com a revisão sobre história política e da discussão biografia x história para definir os rumos da presente análise. Ao todo, elencamos 7 trabalhos, sendo quatro dissertações e três teses; todos trabalhando com trajetórias de personagens da Revolução Federalista. Cabe destacar que esse exercício jamais se propôs a fazer um levantamento *total* dos trabalhos sobre a temática, mas mapear o que tem sido produzido nas últimas décadas a nível acadêmico, refletindo criticamente sobre as formas de se fazer e as possibilidades.

Em um segundo momento, indicamos a partir desse levantamento os horizontes que se apresentaram em relação ao estudo da trajetória de Rafael Cabeda. A busca por fontes e outras referências que deram base para a pesquisa que está sendo desenvolvida sobre a trajetória de Cabeda foi permitida em grande medida devido a essa revisão. Esse esforço contribuiu para definir os caminhos da pesquisa, tanto de maneira direta (quando Cabeda apareceu nas articulações de outros personagens) ou de maneira indireta (o estudo aprofundado das metodologias e fontes utilizadas nos trabalhos garantiu a aproximação e reflexão com/sobre as possibilidades que se apresentam a partir de estudos de trajetória, enriquecendo assim o conhecimento sobre).

3.1 ABORDAGENS, CONCEITOS E APARATOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS EM ESTUDOS DE TRAJETÓRIA

Em relação aos procedimentos de leitura e estudo dos trabalhos selecionados, tendo por base o que Antônio Carlos Gil (2002) explica, tal processo deve ser orientado a partir de uma leitura exploratória, que classifica a relevância da fonte para o estudo. O segundo passo diz respeito a uma leitura seletiva, um pouco mais aprofundada e observadora que a exploratória. Já nas leituras analítica e interpretativa, se concretiza uma imersão profunda nesses trabalhos; de acordo com nossos objetivos, nesse momento se identifica os aspectos teóricos e metodológicos de cada um.

Tomado esse panorama inicial da organização metodológica, fez-se necessária a organização em fichamentos. O fichamento de cada um dos trabalhos advém das leituras analíticas e interpretativas, cujo objetivo era o aprofundamento da leitura. Dessa forma, a organização do mesmo se daria a partir de um cabeçalho contendo a referência do trabalho, seguido pelo corpo do texto contendo informações resumidas, porém pontuais sobre o conteúdo de cada obra lida.

Após essa etapa, direcionarmos algumas questões a fim de ligar as perguntas que fundamentam essa pesquisa ao material lido e fichado: 1) observar o conteúdo histórico de cada trabalho e identificar os indivíduos cuja trajetória está sendo examinada, bem como os recortes; 2) averiguar qual o suporte teórico utilizado pelos autores? 3) e quais as fontes utilizadas? 4) observar se no trabalho como um todo, há conexão com as renovações da História Política?

A seguir, os sete trabalhos analisados serão indicados pelo nome do autor e ano, seguido das considerações acerca do conteúdo e da análise propriamente dita. Iniciamos com a tese de Débora Clasen de Paula (2019); depois, as dissertações de Carlos Perrone Jobim Júnior (2002), Pablo Dobke (2015), Monica Rossato (2014), Gustavo Figueira Andrade (2017); e por fim as teses de Monica Rossato (2020) e Gustavo Figueira Andrade (2021).

A tese de Débora Clasen de Paula (2019) “Família, guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX” se volta para a trajetória familiar dos Antunes Maciel, em relação a inserção na fronteira,

atuação na política e em conflitos como a Revolução Federalista. Em relação ao conselheiro Francisco Antunes Maciel, a autora observa como se deu a construção de prestígio e a utilização de estratégias para expandir as alianças políticas e sociais da família em diferentes contextos, desde o estabelecimento no Sul em fins do século XVIII.

A autora parte das discussões em torno da história da família com Ana Silvia Scott para justificar a necessidade de compreender a atuação do Conselheiro vinculada a sua família. A aproximação da história com as ciências sociais, e incorporação de contribuições da micro-história são destacadas por Paula (2019) na construção de sua tese. Seu objetivo central é apreender a trajetória do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, mas para isso considera a família como uma categoria fundamental para entender laços construídos, relações e a própria herança de recursos.

Em relação ao que se inferiu a partir do primeiro capítulo deste trabalho, é possível identificar na tese de Paula (2019) tópicos importantes. O primeiro diz respeito à própria abordagem da autora quando parte da trajetória familiar como “base” para compreender a do Conselheiro. Ademais, sua consciência da posição social e econômica da família no período estudado, considerando estas como fatores importantes e que permitiram ou facilitaram a inserção de Francisco Antunes Maciel na política. No entanto, quando a autora leva em consideração esses fatores sociais e econômicos não os utiliza para justificar ou conformar os “destinos” do Conselheiro a partir de uma narrativa direcionada.

A ênfase sobre a construção de memória de famílias de elite como os Antunes Maciel (já que, geralmente, existem mais registros) também chama atenção, já que esta construção está sujeita a seleções e descartes a fim de conferir coerência às trajetórias. Uma vez sendo uma família de elite, o acervo existente (e as fontes utilizadas pela autora necessitam de uma reflexão no sentido da “construção da memória”. Fontes essas que incluem inventários *post-mortem*, testamentos, registros de casamentos e batismo, registros acadêmicos, genealogias, correspondências, imprensa e fotografias, em arquivos do Brasil e do Uruguai.

Dentre os conceitos manuseados pela autora, além do conceito de elites e de família, também aparece a noção de relações de reciprocidade, já que uma das

problemática vai no sentido de compreender a importância do grupo familiar sobre a trajetória do Conselheiro. Dentro dessas relações de reciprocidade, as *estratégias* utilizadas, tanto pela família quanto pelo indivíduo para perpetuar o prestígio e poder exercido. A migração da família Antunes Maciel para o sul da América em fins do século XVIII exige de Paula (2019) a inclusão de conceitos em relação a fronteira, no caso, uma fronteira manejada, passível de modificações e trânsitos. Durante o conflito da Revolução Federalista, as propriedades da família no Uruguai foram utilizadas de acordo com as necessidades da família devido ao contexto bélico

Como se pode inferir, a família Antunes Maciel permaneceu, ao longo do tempo, atravessando a fronteira e se dirigindo ao Uruguai. Aliás, as cartas circularam constantemente na fronteira e foram também uma importante forma de comunicação em momentos de conflito, como ocorreu em 1893. (PAULA, p. 169).

Ainda, ao considerar a inserção de Francisco Antunes Maciel em uma elite cujo objetivo é permanecer sob o controle de capital político, econômico ou social; Paula (2019) emprega o conceito de mediador político, já que a notabilidade política de Francisco chegou a nível nacional. Giovanni Levi e Sydel Silverman são lembrados pela autora, para pensar esse conceito de mediador, sobretudo em relação à sua capacidade de conexão entre o local e o nacional. Paula (2019) lembra a ausência de trabalhos dedicados a mediadores políticos vinculados ao partido liberal que teriam permanecido na cena política nacional mesmo após a queda do Império.

A delimitação em torno do Conselheiro e da família Antunes Maciel, passa pelas contribuições em relação a estudos de trajetória de Mário Grynszpan e Carlo Ginzburg para rastrear as “linhas” que cercam e convergem na estrutura da família como um todo. Especificamente sobre a trajetória de Francisco, apreender os movimentos e ações sociais, articulação, uso de recursos e redes de relações construídas.

A partir do diário do soldado Isidoro Virgínio, Carlos Perrone Jobim Júnior (2002) analisa em sua dissertação questões relacionadas a identidade nacional, cidadania e exclusão em fins do século XIX. A participação do soldado na Revolução Federalista foi o fator determinante para incluir esse trabalho no levantamento. Salienta-se as percepções construídas pelo autor sobre a vida das camadas populares do contexto, a partir do diário de um soldado. Devido a sua participação na Revolução Federalista e na Campanha de Canudos, o autor justifica a denominação

“maragunço”. A compreensão de nação e nacionalidade utilizada pelo autor se dá a partir de Eric Hobsbawn, associando a Lucien Goldmann e sua definição para as visões de mundo.

Em sua dissertação de mestrado, Carlos Perrone Jobim Júnior (2002) utiliza dos diários do soldado Isidoro Virgínio, atuante na Federalista e em Canudos, para compreender a perspectiva de um “homem comum” sobre questões como nacionalidade e identidade. Apesar de não ser uma pesquisa inteiramente voltada para a trajetória de Isidoro, é interessante observar como o autor se mostra visivelmente preocupado em acessar de alguma forma as percepções de nação das camadas populares, através de uma narração “intimista e pessoal” (JOBIM JÚNIOR, p.10) do soldado. Para isso, contrapõe os relatos de Isidoro com escritos sobre Canudos e a Federalista de memorialistas.

De acordo com o objetivo do autor, conceitos como nacionalidade e nação são pensados a partir de Eric Hobsbawn, sobretudo quando o foco é compreender “de baixo” a construção da nação. A construção da sua pesquisa se dá a partir da conexão do soldado com o contexto, e de certa forma procura em Isidoro fragmentos de uma explicação para a pergunta: o que significava a nação para as camadas populares?

De outro lado, o conceito de identidade também é pensado pelo autor a partir de Manuel Castells, pois permite a ampliação para além do individual, atingindo também um grupo. Ainda sobre o conceito de identidade, com base em Sandra Jatahy Pesavento, a questão do pertencimento entra nas considerações do autor para se pensar os testemunhos de Isidoro.

Pablo Dobke (2015) coloca em perspectiva a trajetória do caudilho uruguaio Aparício Saraiva, a fim de analisar as relações sociais estabelecidas por ele na região fronteira platina, bem como a territorialização do poder. Ancorada nas bases teóricas da História Política, Dobke (2015) utiliza de obras historiográficas que antecedem seu trabalho para trabalhar com a questão das relações e do poder. Além disso, há a utilização das fontes que incluem diários, correspondências e periódicos; sua maioria acessada em arquivos uruguaios.

No contexto de fins do século XIX e início do XX, Aparício Saraiva atuou como importante caudilho Uruguaio, agindo na região fronteira entre este e o Brasil e exercendo o poder. Ao lado do irmão Gumercindo Saraiva, atuou na Revolução

Federalista, conflito que viabilizou a experiência de Aparício, que mais tarde empreendeu uma série de revoltas no Uruguai. Assim, passou a atuar de maneira efetiva na política uruguaia, chegando a se estabelecer como chefe do Partido Nacional.

Dobke (2015) realiza uma revisão a fim de observar como Aparício Saraiva foi apresentado nessa bibliografia, principalmente quando se considera o conceito de caudilho e as banalizações do termo. Reflete assim sobre o tratamento do conceito a partir dos últimos anos do século XIX e até meados do XX.

Tendo a trajetória apresentada pelo autor, este pretende estudar a liderança de Aparício Saraiva no território que se insere, uma vez que as relações sociais são permeadas pela questão fronteiriça no período estudado. Dessa forma, Dobke (2015) pretende demonstrar o caudilhismo exercido por esse personagem a partir das relações por ele estabelecidas, atentando para o aspecto “fronteira-indivíduo” de sua ação. Nessa medida é justamente onde a pesquisa de Dobke (2015) apresenta alinhamentos com a nova história política, já que o principal caminho utilizado para apreender o caudilhismo nesse caso são as redes de relações de Aparício.

Importante figura política da Província Rio-Grandense e também do Império, Gaspar Silveira Martins e sua trajetória também demonstram algumas questões importantes sobre política e relações na fronteira em meados do século XIX. Investigar a trajetória política e sua construção no período em que ocupou importantes cargos do Império e na Província é o objetivo da dissertação de Monica Rossato (2014). Arelado a esse recorte principal, se faz necessário também compreender algumas organizações que dizem respeito à fronteira, a trajetória de sua família e os impulsos que o levaram a vida política no Império, principalmente entre os anos 1862 e 1889.

Nascido em uma zona de fronteira, formado por territórios brasileiros e uruguaio, sua família era composta de estancieiros brasileiros. Importante ressaltar a breve distinção da autora para alguns conceitos relacionados a fronteira. Região fronteiriça platina, pensado sobre as relações que permeiam a trajetória tanto de Gaspar Silveira Martins, como de sua família nesses espaços. Zona de fronteira é justamente o espaço de articulação dessas relações, ultrapassando os territórios de Uruguai, Argentina e da Província do Rio Grande do Sul. Já o espaço fronteiriço platino define uma região de aproximações, disputas, interesses, circulação de homens,

ideias e projetos. Todos os conceitos são mencionados pela autora ao longo do trabalho e são fundamentais para compreensão da atuação da família Silveira Martins nesses territórios, bem como algumas das representações através de Gaspar Silveira Martins dessa sociedade fronteiriça.

Rossato (2014) identifica que a tentativa de atrelar a trajetória de Gaspar Silveira Martins à representação da integração da história da Província ou do Estado do Rio Grande do Sul ao nacionalismo brasileiro, obscurece a relação da fronteira e sua importância nessa trajetória. Principalmente biografias, tendem a se inclinar para essa construção de uma identidade nacional, silenciando sua relação com o território uruguaio. Após uma revisão da historiografia sobre a temática, a autora observa a ausência de um estudo aprofundado sobre a relação da trajetória de Silveira Martins com a região fronteiriça platina. Essa problemática se soma à questão dos vínculos estabelecidos por Gaspar Silveira Martins com diferentes espaços sociais para construção de sua trajetória política.

Notoriamente se insere no campo da história política, porém, ampliando o campo de visão, considerando diferentes espaços e relações; questionando a noção de poder inclusive. Assim, a figura de Gaspar Silveira Martins observada a partir de uma perspectiva da micro-história possibilita a obtenção de informações chave para compreensão de relações sociais no recorte proposto. A escolha dessa abordagem é sustentada por Rossato (2014) considerando autores como Carlo Ginzburg o destaque de estudos biográficos; Jacques Revel; Bourdieu em relação ao conceito de trajetória e Heinz sobre elite, também um conceito fundamental para a esquematização do estudo da trajetória de Gaspar Silveira Martins.

O conjunto das fontes utilizadas compõem-se de pesquisas em arquivos do Brasil e Uruguai, periódicos do século XIX, Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, registros paroquiais dos Mórmons, digitalizados e disponíveis em acervos digitais.

Gustavo Figueira Andrade (2017) procura delinear a trajetória política e das relações estabelecidas pelo General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) no contexto de transição da Monarquia para a República e as discontinuidades que marcam os anos após 1889. O limite histórico-espacial está nos anos da Revolução Federalista, eventualmente recuando para contextualizar a trajetória de vida e

precedentes da vida política do General; atentando para a sua atuação no espaço fronteiriço.

As cartas e telegramas enviados e recebidos utilizados para esse estudo foram acessados através do arquivo pessoal da família, especificamente de Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General. Além disso, algumas das cartas do arquivo estão transcritas no diário do General, presente numa obra organizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Evidencia-se a organização da memória associado a identidade familiar preservada nesse caso.

As propostas de renovação na História Política, que também influíram sobre as fontes históricas e a metodologia para tratá-las é citada e enfatizada por Figueira Andrade (2017), uma vez que o uso de biografias e correspondências de Joca Tavares compõe o corpo das fontes. Dessa forma, além do aspecto político que caracteriza o contexto da Federalista, aspectos sociais e culturais se somam na dinâmica de análise da trajetória do General.

Já em sua tese de doutorado, Monica Rossato (2020) pretende continuar as investigações iniciadas em sua dissertação, partindo da trajetória política de Gaspar Silveira Martins, a construção das redes de relações e a sua atuação durante a Revolução Federalista (1893-1895). Dessa forma, sua tese se propõe a investigar o federalismo defendido por ele em um contexto de redefinição do Estado, após a proclamação da República e todas os desdobramentos políticos que se sucederam, principalmente em relação aos republicanos. As fontes foram selecionadas em arquivos do Brasil, Uruguai, Argentina, Portugal, França; utilizadas ao longo de cinco capítulos para reconstruir a trajetória do líder federalista e mapeando os vínculos por ele estabelecidos.

Frente ao problema identificado por Rossato (2020) na historiografia sobre o assunto, de simplificação no debate, geralmente exposto a polarização federalistas x republicanos, a autora pretende questionar sobre o que constituiu a Revolução e o título de federalista. Levanta-se assim a hipótese da existência de posicionamentos divergentes entre os chamados “federalistas”, problematizando a historiografia existente, através de uma perspectiva da História Política. Sendo assim, o federalismo descentralista o qual Silveira Martins se alinhava, pretendia uma maior autonomia das

províncias e município; apesar disso, se insere em um panorama de projetos e conceitos distintos.

Em meio aos federalistas havia a presença de elementos republicanos, monarquistas e conservadores; a polarização colocou os federalistas como contrários a forma republicana. A defesa daqueles incluía questões como parlamentarismo, autonomia, liberdade da pátria, proteção à propriedade, contra a tirania de Júlio de Castilhos. A autora revisa trabalhos que partem dessa polarização para explicar o contexto; pois a visão de que o Partido Federalista e Silveira Martins não eram exatamente contrários a República não é muito explorada pela historiografia. Ademais, para Rossato (2020), a percepção de que essa elite teria perdido privilégios e isso teria levado a Revolução é romantizada. Assim, revisa trabalhos que mencionam a existência de republicanos dentre os federalistas, compondo assim a heterogeneidade dos “federalistas”.

Tomando como referência a influência exercida por Gaspar Silveira Martins na região fronteira platina e a sua representatividade para os gasparistas, Rossato (2020) busca articular o federalismo por eles defendido, bem como as heterogeneidades dentro do grupo. Assim, percebe as diferentes denominações aplicadas durante a Revolução além de “federalistas,”: “Liberais”, “gasparistas” “demetristas” e “comtistas”; dessa forma, a articulação das redes de Silveira Martins e de outros líderes, como Luis Felipe de Saldanha Gama, ajudam a compreender os vínculos estabelecidos e que precederam a Revolução Federalista.

Nesse sentido, a autora faz algumas considerações metodológicas, em que o uso de “federalistas” abrange os que estiveram ao lado do Partido durante a Revolução; e “movimento” para se referir à revolução que já estava em preparação antes de 1893. Rossato (2020) faz uso da micro-história para reconstrução da trajetória de Gaspar Silveira Martins a partir de uma vastidão de fontes históricas. O cruzamento das fontes com a bibliografia sobre a federalista pretende identificar as ideias políticas presente na trajetória de Silveira Martins, culminando em cinco capítulos.

Apesar de sua tese se voltar com mais profundidade para o pensamento político de Gaspar Silveira Martins, tem como uma das bases o estudo de sua trajetória. De encontro ao que foi tratado no primeiro capítulo, isso demonstra como é

essencial o olhar voltado para a vida do indivíduo como meio de acessar e entender a significação histórica daquele, sobretudo quando se pretende apreender um aspecto específico desse indivíduo (atuação política, rede de relações, pensamento político, etc).

Da mesma maneira, dando sequência às investigações apresentadas em sua dissertação, Gustavo Figueira Andrade (2021) enfoca em sua tese, sobretudo a família Silva Tavares, especialmente o General Joca Tavares e as redes de relações sociais. Nesse sentido, sua tese tem como principal contribuição identificar uma nova cronologia da Revolução Federalista, proposta a partir do que chama de territorialização do poder da família. Assim, a partir de um olhar aprofundado das correspondências da família com chefes federalista, o autor identificou a extensão geográfica do conflito traduzida na cartografia produzida. Ademais, sua hipótese também vai no sentido de atestar a presença de importantes famílias no conflito, articulando recursos e redes de relações.

A partir dessa delimitação e desse foco nas redes de relações da família Silva Tavares, Figueira Andrade (2021) identificou um grupo de cerca de oitenta líderes federalistas, dos quais pode identificar um grupo mais próximo a família. Essa análise permite a identificação das formas de construção das redes de relações em questão, sejam por parentesco, relações de amizades prévias ou laços de compadrios. Sobre as articulações que mobilizaram essa extensa rede de relações, Andrade destaca a noção de que a fronteira está no indivíduo, ou seja, movimentando essas redes de acordo com o interesse e conveniência. Imbricado nisso, a zona de fronteira como importante recurso para os revolucionários durante o conflito, é também um conceito presente no estudo do autor ao longo da sua tese.

As hipóteses de Figueira Andrade (2021) têm como pilar a ideia de que o conflito pode ser interpretado como resultado dos interesses de comerciantes e estancieiros sul-rio-grandenses. Assim, ao longo do trabalho, o autor demonstra e articula as redes familiares que estavam presentes nas estruturas políticas e de poder. Fortemente amparado pelo acesso a centenas de correspondências da família Silva Tavares, defende ainda que a Revolução Federalista teria começado em 1891, com a Revolução de Novembro, e se estendido até o ano de 1896.

Em relação aos conceitos utilizados, o autor enfatiza sobretudo a presença da noção de genealogia como fundamental para compreender vínculos familiares e identificar estratégias utilizadas por esses grupos políticos. Soma-se a isso, o conceito de rede, basilar para os apontamentos do autor e fundamental para estudar um grupo considerado de elite tal qual os federalistas. Assim, a análise se dá no sentido macro para micro, observando a abrangência regional do conflito e então tentando conceituar a chamada região conformada pela guerra, que incluiria regiões do Uruguai e Argentina que comumente não são consideradas quando se estuda o tema.

Destacando conceitos importantes e presentes nos trabalhos supracitados, como “poder”, “elite”, “fronteira” e o conceito de cultura política que tratamos no primeiro capítulo deste trabalho, podemos observar como as renovações da história política a nível conceitual se fazem presentes. Tanto nos trabalhos de Rossato (2014; 2020), Figueira Andrade (2017; 2021), o conceito de cultura política aparece como ferramenta de compreensão do período da Revolução Federalista e do século XIX como um todo. Recuperando as definições e utilizações que Motta (2009) indica, a aplicabilidade do conceito permite estudar também projetos regionais, como é o caso.

Rossato (2020), por exemplo, considera o conceito como uma das chaves para entender um pensamento político tipicamente federalista, este, de "passado artiguista e farroupilha, garibaldino de influências maçônicas e de presença de brasileiros no Uruguai, por suas propriedades e relações políticas (sociais, econômicas, familiares)" (p. 308). Além disso, há a justaposição com a noção de representação, incorporada da História Cultural, para acessar os mecanismos de perpetuação dessa cultura política durante o conflito da Federalista e após.

Já Figueira Andrade (2021), flexiona o conceito para compreender de modo geral as continuidades das práticas que definem essa cultura política de uma sociedade fronteiriça. Principalmente no quarto capítulo de sua tese, podemos observar a utilização prática do conceito para esse fim. Assim, o autor reflete sobre a relação e apoio dos Federalistas com grupos políticos platinos e identifica a "persistência de um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns entre antigas formas de fazer política e guerra" (FIGUEIRA ANDRADE, p. 246).

Pensando nas renovações permitidas por influências da História Social, História Cultural, Ciência Política, Sociologia, entre outras, as novas perspectivas teórico-

metodológicas partem de uma delimitação do que é “política”, muito diferente da flexionada pela história política tradicional:

Uma história política envolve definir os contornos do que se chama ‘política’, envolve identificar formas culturais, midiáticas, linguísticas, ideológicas e representacionais sob as quais os agentes significam suas existências; envolve ainda as inúmeras interações sociais nas quais estão imersos os seres históricos (economia, família, instituições, etc). Todavia, nenhum desses traços pode ser isolado e analisado de forma estanque em si mesmo, como se nada devesse ao conjunto social no qual se afirma, adquire e produz sentido. (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 61).

Sobre os trabalhos analisados voltados a figuras políticas, observa-se essa nova noção do que é política, além da complexificação da noção de poder. Mendonça e Fontes destacam como a política é entendida a partir de relações sociais de um período ou processo, sendo possível assim mapear as formas do poder nesses movimentos. Em outros termos, a história política das renovações das últimas décadas, independente do seu objeto, não pode ser compreendida sem incluir outras dimensões como a econômica, social ou cultural. Sobretudo em estudos de trajetória, vemos depois de estudar os trabalhos acima citados como é essencial a inclusão dessas novas dimensões. Para além do enriquecimento do conhecimento histórico sendo produzido, esse fator propicia o uso de fontes e abordagens variadas, que por consequência evidenciaram novos objetos de estudo.

3.2 AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO REVELADAS A PARTIR DO ESTADO DA ARTE: ESTUDOS DE TRAJETÓRIA E RAFAEL CABEDA

Feita a análise sobre alguns dos estudos de trajetória referentes a personagens atuantes na Revolução Federalista e dados as ponderações acerca do que se tratou no primeiro capítulo; elencamos possibilidades de estudo do coronel Rafael Cabeda a partir da revisão feita. Nesse sentido, enfatizamos que o período de atuação como bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSM foi essencial para construir as bases deste trabalho de conclusão, bem como para dar início a pesquisa sobre Cabeda.

Por si só, as atividades como bolsista permitiram maior aproximação com a produção acadêmica sobre a História Platina como um todo, permitindo reflexões aprofundadas sobre diversos recortes espaciais e temporais. No entanto, o interesse

pela temática da Revolução Federalista cresceu e assim, a busca por trabalhos dedicados a esse período foi intensa. Inicialmente, as dissertações e teses de Monica Rossato (2014;2020) e Figueira Andrade (2017;2021) despertaram interesse por dois motivos: a própria abordagem de estudo de trajetória; e por mencionaram nas suas respectivas pesquisas Rafael Cabeda.

Principalmente a tese de Monica Rossato (2020), contempla o alinhamento de Cabeda para com o projeto denominado gasparista. Nesse sentido, o federalismo buscado por esse grupo defenderia “uma retomada da constitucionalidade brasileira, de instigar outros estados a fazerem o mesmo e, com o apoio da Marinha, derrubar Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto do poder” (ROSSATO, 2020, p. 255-256). O separatismo, segundo a autora, era outra questão a se pensar sobre esse projeto gasparista, daí a proximidade conveniente com Uruguai e Argentina, mobilizando as forças federalistas nesse espaço.

Sobre essa proximidade, Cabeda atuou com frequência na fronteira e no Uruguai, onde, conforme Gustavo Figueira Andrade (2021) herdou propriedades da sua mãe em Paysandú. (FIGUEIRA ANDRADE, 2021, p. 304). Sua atuação nesse espaço é verificada por correspondências trocadas com Joca Tavares; o Almirante Saldanha da Gama e demais lideranças federalistas, inclusive Gaspar Silveira Martins e são levantadas por Figueira Andrade (2017) em sua dissertação.

Ambas as pesquisas deixam em aberto a possibilidade de observar de perto a figura de Cabeda. Rossato (2020), ao estudar o federalismo defendido por Gaspar Silveira Martins traz alguns pontos relevantes sobre a atuação e envolvimento de Rafael Cabeda no conflito da Federalista e na vida política, sempre muito próximo a Silveira Martins. Já a tese de Figueira Andrade (2021), voltada para a família Silva Tavares e articulações no espaço fronteiro, evidencia as conexões de Cabeda com os membros da família, principalmente através das correspondências e na liderança durante o conflito. Assim, há a possibilidade de se debruçar sobre as redes de relações construídas por Cabeda ao longo de sua trajetória, além da sua vida política e representação a nível local em Santana do Livramento, ou como deputado federal.

A partir dos trabalhos de Rossato e Figueira Andrade, a busca por mais referências e construir um estado da arte referente a Cabeda foi feita. Começando pelas referências dos próprios autores, identificamos trabalhos que podiam ser

anexados a esse estado da arte, como por exemplo a dissertação de Marcus Vinícius Costa (2006), a biografia de Cabeda de autoria de Ivo Caggiani (1996), além da obra do memorialista Octavio de Allencastre (1923). Dessa maneira, aos poucos, mais pesquisas que se dedicaram ao período da Federalista (e também outros recortes temporais) revelaram indícios da atuação do coronel e pouco a pouco se construiu um estado da arte para refletir sobre as carências e possibilidades de estudar a figura do coronel. A biografia de Ivo Caggiani (1996), por exemplo auxilia na reflexão sobre a vida e trajetória da família e de Rafael Cabeda, guiando a busca por fontes.

A dissertação de Eduardo Rouston Junior (2012), dedicada ao período de 1913 a 1924 sobre a oposição federalista aos republicanos, insere Cabeda de maneira secundária, mas pode ser incluída devido a pertinência de se compreender o cenário político no período em que Cabeda foi deputado federal. Rouston Junior (2012) utiliza de discursos parlamentares e de uma revisão de produções “não-acadêmicas”, aqui, inclui-se a obra de autoria de Rafael Cabeda e Rodolpho Costa “Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão”, editada em 1902. A partir disso, o autor analisa o jornalismo partidário da época, já que a obra de Cabeda e Costa se dedicava a narrar violências cometidas por castilhistas entre 1889 e 1900. Ao longo da pesquisa de Rouston Júnior (2012), no entanto, a figura de Cabeda não é priorizada, mas aparece novamente como um símbolo do Partido Federalista no contexto de eleições partidárias nas primeiras décadas do século XX.

Já em sua tese, Eduardo Rouston Junior (2016) parte dos discursos e da imprensa para observar a atuação política do Partido Federalista, principalmente em relação a defesa do fortalecimento do parlamentarismo e da União federal sobre as unidades estaduais. Nesse sentido, o jornal *O Maragato*, de direção de Cabeda, é analisado pelo autor, ao proporcionar uma visão de dentro da imprensa partidária do período, e também a partir de alguns discursos de Cabeda em relação ao presidencialismo, parlamentarismo e República. Além disso, a sua atuação como deputado de 1915 a 1917, candidatura e nova eleição em 1921 são observadas por Rouston Junior (2016) dentro desse contexto de representação federalista a nível nacional e disputas dentro do próprio partido.

Em relação ao período em que esteve sob a direção do jornal *O Maragato*, Cabeda também aparece em um trabalho dedicado a outro recorte temporal, como é o caso da dissertação de Marlon Gonsales Assef (2008) cujo foco se dá na atuação

de militantes políticos nas cidades de Rivera e Santana do Livramento durante a ditadura militar. A preocupação do autor em compreender a fronteira o leva a considerar o jornal dirigido por Cabeda e o contexto dado para compreender a existência de uma rede de apoio existente na região, mobilizada de maneira semelhante a partir de 1964.

Na monografia de Bárbara Garay Costa (2015), as revoluções de 1835 e 1893 são observadas em relação ao papel dos jornais, sobretudo os ideais políticos propagados, discursos construídos e o envolvimento nos conflitos. Mais uma vez, o jornal *O Maragato* é analisado a partir da questão político-partidária que o envolve, principalmente o seu teor crítico ao castilhismo. Este trabalho, por se tratar de uma monografia do curso de Comunicação Social, se preocupa mais com a representatividade do jornal no panorama político.

Embora os trabalhos de Rouston Junior (2012; 2016); Assef (2008) e Costa (2015) não priorizarem a figura de Cabeda, permitem pensar sobre as possibilidades que a trajetória dele permitem. A sua atuação política nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a nível parlamentar como deputado federal revelam sua importância para o Partido Federalista. Ademais, o período em que esteve sob a direção do jornal *O Maragato* indica os usos da imprensa para fins políticos e partidários, além da própria exposição de pensamentos e ideias.

Esse levantamento nos permite concluir que há uma carência de estudo aprofundado sobre a figura de Cabeda, mas mantém-se em mente que as contribuições dadas pelos trabalhos supracitados foram essenciais para a busca de fontes. Nesse sentido, a partir do que se levantou, a pesquisa em torno da trajetória de Cabeda revela possibilidades de compreensão de redes sociais construídas pelo coronel antes, durante e depois do conflito da Federalista. Além disso, sua atuação política, capacidade de articulação no Uruguai e no espaço fronteiriço platino e contato com outras lideranças políticas do período permitem estudar e compreender aspectos sociais e políticos do Brasil em fins do século XIX e início do século XX. Por exemplo, a sua posição na sociedade o permitiu acessar espaços, estudar na Alemanha e trabalhar na Inglaterra, antes de retornar ao Brasil em 1876; além da sua relevância dentro do Partido Federalista que perdurou após o conflito de 1891 (CAGGIANI, 1996).

4 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho de conclusão de graduação foi a aproximação com a discussão historiográfica sobre temas úteis para se pensar um estudo de trajetória de um homem político como Rafael Cabeda. Nesse sentido, observar algumas das mudanças que se deram no campo da História Política foi de fundamental importância para perceber algumas possibilidades em relação ao uso de conceitos e da interconexão com diferentes campos. Observou-se como, a partir da década de 1970, a história política repensou suas bases e passou a se comunicar de maneira mais próxima e eficiente com a História Social, Econômica e Cultural, principalmente. No entanto, esse enriquecimento expandiu fronteiras para além da área da História e se aproximou de disciplinas como a Ciência Política, Sociologia, Linguística, entre outras.

Dessas aproximações e incorporações de novas categorias de análises para a história política, abriu-se caminho para que discussões antigas fossem recuperadas. Dentre estas, a relação entre biografia e história e a recuperação do individual para se compreender períodos ou acontecimentos históricos. Essa recuperação, quando se pensa em voltar os olhares para "grandes homens" políticos, se deu a partir de uma mudança de métodos tradicionais. Antes, a narrativa se dava única e exclusivamente em relação à "grandeza" do indivíduo, levada adiante a partir de uma visão teleológica e direcionada para os fins atingidos pelo indivíduo. Com a emergência do uso de conceitos e categorias repensados, como a própria noção de política como é lembrado por Mendonça e Fontes (2012); ou de poder, quando considerado *dentro* de uma dinâmica social de relações; os estudos de trajetória (uma das possibilidades de escrita biográfica) ganharam força nas últimas décadas.

Para um período complexo em quesitos políticos, de relações e socioeconômico como da Revolução Federalista (1891-1896), os estudos de trajetória analisados no segundo capítulo revelaram contribuições importantes para o conhecimento histórico acerca do recorte. A consideração de novas categorias, conceitos e fontes foi fundamental para que os trabalhos de Paula, Dobke, Rossato e Figueira Andrade pudessem identificar, a partir de diferentes trajetórias, redes de relações, dinâmicas de sociabilidade, capacidade de articulação com grupos políticos de países vizinhos, pensamento político, e inclusive um novo recorte temporal para o

conflito. Além disso, a dissertação de Jobim Júnior concretiza o movimento de visibilidade e apreensão das visões de mundo de camadas populares, a "história vista de baixo". Mesmo que seu personagem não tenha sido um "grande homem", as compreensões desses pontos de vista são fundamentais, visto que a recuperação do fator indivíduo na história também passa pela apreensão de trajetórias de "indivíduos menos notáveis".

O estudo de trajetórias individuais, portanto, não se revela preso ao indivíduo: os diálogos com história social e cultural, por exemplo, permitem a apreensão do indivíduo inserido dentro de categorias e contextos mais amplos, permitindo a identificação de elementos que o distinguem ou o assemelham a um padrão geral da época. Assim, é possível entender como um indivíduo localizado dentro de determinada estrutura social se movimenta e atua de acordo com seus interesses e motivações. Ainda, a expansão do conceito de poder para além da compreensão política e governamental, permitiu a observação das relações estabelecidas entre os indivíduos e o exercício de poder de um sobre os outros.

Por fim, o esforço de se aproximar das discussões recentes sobre a renovação da história política e dos aspectos teóricos das escritas biográficas em história, nos instrumentalizou para pensar sobre a trajetória de Rafael Cabeda. A pesquisa a ser desenvolvida parte sobretudo das contribuições de Rossato e Figueira Andrade, deixando um "caminho aberto" que revelou possibilidades de estudar a trajetória de mais um personagem da Revolução Federalista.

As análises dos trabalhos feita ao longo do segundo capítulo, por sua vez, permitiu a reflexão sobre o uso e o cruzamento de diferentes fontes, como genealogias quando se pretende entender uma trajetória familiar, ou a potencialidade de correspondências, mapas, diários, discursos parlamentares, inventários, registros de batismos e casamentos, etc. A variedade de fontes que identificamos nas pesquisas analisadas, indicam justamente outro aspecto da renovação da história como um todo: o uso de fontes em sua totalidade, podendo incluir aí documentos de vida privada *ou* pública. Ademais, como ocorreu nas pesquisas de Figueira Andrade e Paula, por exemplo, a preservação de acervos pessoais das famílias foi de crucial importância para acessar aspectos relevantes da trajetória dos indivíduos.

Por fim, destaca-se como o exercício de leitura e estudos de trabalhos acadêmicos é extremamente frutífero: a partir de um levantamento relativamente simples sobre um período, revelou-se novas possibilidades de estudo. Além disso, a aproximação com diferentes fontes e metodologias aplicadas a estas possibilitou a reflexão acerca das maneiras de se fazer e escrever a história. Certamente, as inferências oriundas deste trabalho serão de muita utilidade para a continuidade da pesquisa sobre o coronel Rafael Cabeda, assim como para a atuação futura como profissional da História.

REFERÊNCIAS

ALLENCASTRE, O. **Raphael Cabeda - in memoriam**. Pelotas: Livraria Universal - Echenique & Cia., 1923.

ASSEF, M. G. **Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974)**. 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92095/271598.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2022.

AVELAR, A. de S. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites, tensões. **Dimensões**, [S. l.], v. 24, p. 157–172, 15 jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BARROS, J. D. A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. **Revista de História da UFBA**, [S. l.], v. 5, n. 1–2, p. 308–340, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/28229>.

BARROS, J. D. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes do discurso e do imaginário. **Revista da Universidade Federal de Tocantins**, [S. l.], v. 1, p. 26, 2015.

BARROS, J. D. **O campo da história: Especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BORGES, V. P. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 07–18, 1992.

BORGES, V. P. História Política: Totalidade e Imaginário. **Estudos Históricos**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 151–160, 1996.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8°. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183–191.

BURDIEL, I. Historia política y biografía: más allá de las fronteras. **Revista Ayer**, [S. l.], n. 93, p. 47–83, 2014.

CAGGIANI, I. **Rafael Cabeda: símbolo do federalismo**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CARDOSO, C. F. História e poder: uma nova história política? *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Novos domínios da História**. São Paulo: Elsevier, 2012. p. 37–54.

COSTA, B. G. **Jornalismo, política e sangue: uma análise da relação entre a imprensa e as revoltas armadas do século XIX no Rio Grande do Sul**. 2015. 43 f. Monografia (Comunicação Social) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS, 2015.

COSTA, M. V. **A Revolução Federalista (1893-1895) o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas**. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

DOBKE, P. R. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904)**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

FÉLIX, L. O. A História Política hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, [S. l.], n. 5, p. 49–66, 1998. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/download/1422639292_ARQUIVO_artloiva_felix.PDF. Acesso em: 6 nov. 2022.

FIGUEIRA ANDRADE, G. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

FIGUEIRA ANDRADE, G. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações da família Silva Tavares na Região Platina**. 2021. 585 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

GIL, A. C. Como delinear uma pesquisa bibliográfica? **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4°. São Paulo: Atlas, 2002. p. 59–86.

JOBIM JÚNIOR, C. P. **“A vida mal vivida” diário de um maragunço: memórias de um soldado na Revolução Federalista e na Guerra de Canudos (1893-1897)**. 2002. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LEVI, G. Usos da biografia. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8°. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167–182.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. 2°. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141–184.

LORIGA, S. **O Pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342910778/LORIGA-Ssbina-O-Pequeno-X>. Acesso em: 21 out. 2022.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. História e teoria política. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Novos Domínios da História**. São Paulo: Elsevier, 2012. p. 55–71.

MOTTA, R. P. S. **A história política e o conceito de cultura política**. Mariana, MG: [s. n.], 1996.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13–37. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 31 out. 2022.

NÉSPOLI, J. H. S. Cultura Política, História Política e Historiografia. **História e Cultura**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 361–376, 6 mar. 2015. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1341>. Acesso em: 25 out. 2022.

PAULA, D. C. de. **Família, guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX**. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RÉMOND, R. Uma história presente. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. 2°. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13–36.

RIBEIRO, V. B. As possibilidades e desafios do relato biográfico: biografia & história: hagiografia, trajetórias e prosopografia. **Protestantismo em Revista**, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 140, 19 jul. 2018. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3313>. Acesso em: 6 nov. 2022.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9–22, 1995.

ROSSATO, L. **Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)**. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ROSSATO, M. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** 2020. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

ROSSATO, M. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ROUSTON JUNIOR, E. **“Não só do pão do corpo precisa e vive o homem. mas também do pão do espírito”**: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924). 2012. 339 f. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, 2012.

ROUSTON JUNIOR, E. **O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: imprensa e discursos parlamentares**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHMIDT, B. B. História e biografia. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Novos Domínios da História**. São Paulo: Elsevier, 2012. p. 187–205.

SCHWARCZ, L. M. Biografia como gênero e problema. **História Social (UNICAMP)**, [S. l.], v. 24, p. 51–74, 2013.

SÊGA, R. História e política. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 37, p. 183–195, 2002.

